

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Janifer Cristine Losekann Dahlke

**A RELEVÂNCIA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PARA A
(RE) CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO
SUL**

Santa Maria, RS
2017

Janifer Cristine Losekann Dahlke

**A RELEVÂNCIA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PARA A (RE) CONSTITUIÇÃO DA
MEMÓRIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela em Arquivologia**.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Ribas Barbiero

Santa Maria, RS
2017

Janifer Cristine Losekann Dahlke

**A RELEVÂNCIA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PARA A (RE) CONSTITUIÇÃO DA
MEMÓRIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela em Arquivologia**.

Aprovado em 27 de junho de 2017:

Danilo Barbiero Ribas, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Fernanda Kieling Pedrazzi, Dr. (UFSM)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus pais, que com a preocupação que só uma pai e uma mãe sabem ter, sempre se esforçaram para que nunca me faltasse nada, mas o essencial nesta vida é ter vocês. Obrigada por existirem.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo gostaria de agradecer a Deus, que com certeza tem algum propósito para ter me colocado neste caminho. Obrigada por nunca me deixado desistir e nunca me abandonado.

A meu pai Norton, minha mãe Janice e meu irmão Norton Júnior, por serem meu alicerce na vitória deste desafio, pelo amor e compreensão.

Com carinho um agradecimento especial ao meu namorado Joceli, que sempre teve paciência, me incentivando e apoiando para que concretizasse mais esta etapa da minha vida.

O meu orientador Danilo Ribas Barbiero, por ser incansável, sempre atendendo minhas solicitações com muito boa vontade e com um sorriso no rosto, por ser compreensível e por ser amigo.

Gostaria de agradecer também a professora Glaucia Vieira Ramos Konrad, que também me orientou por um certo período e ajudou-nos a acrescentar fatos históricos do Rio Grande do Sul. Muito Obrigada professora.

Nesta caminhada um agradecimento especial a minha melhor amiga Nathalia Freitas, que estava presente na minha vida desde o começo do Curso, pelo carinho, amizade e incentivo. Muito obrigada, de coração minha amiga.

Aos colegas de curso Larissa Rodrigues, Pauer Menezes e Débora Rubert, que tornaram esta jornada muito mais alegre e divertida, jamais vou esquecer da parceria de vocês. Desejo muito sucesso a vocês. São, para mim, inesquecíveis.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concluído. Muito obrigada a todos por terem participado desta vitória, que compartilho com vocês.

RESUMO

A RELEVÂNCIA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PARA A (RE) CONSTITUIÇÃO MEMÓRIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Janifer Cristine Losekann Dahlke
ORIENTADOR: Dr. Danilo Ribas Barbiero

A identificação dos aspectos sobre a relevância dos arquivos históricos para a (re) constituição da memória social no Rio Grande do Sul é o objeto de estudo desta pesquisa. Os métodos de pesquisa utilizados foram pesquisas bibliográficas e via *web*, caracterizando a pesquisa de caráter qualitativo. A fundamentação teórica ficou responsável pela descrição das teorias que norteiam a compreensão da problemática, entre os conceitos apresentados se destacam arquivos históricos, memória, memória social e memória coletiva. Os resultados desta pesquisa proporcionam o alcance dos três objetivos específicos, trazendo os elementos históricos conceituais do Rio Grande do Sul, apresentado as dez cidades mais antigas do estado e a presença de arquivos históricos nestas cidades, bem como a retomada da literatura de conceitos de arquivos históricos e memória social. Através dos resultados, foram elaboradas, conclusões, ratificando o alcance dos objetivos, recomendações e sugestões, instigando novos trabalhos nesta linha de pesquisa, mapeamentos de elementos para elaboração de guias.

Palavras-chave: Arquivos Históricos. Memória Social. Memória Coletiva.

ABSTRACT

THE RELEVANCE OF HISTORICAL ARCHIVES TO THE (RE) CONSTITUTION OF SOCIAL MEMORY IN RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Janifer Cristine Losekann Dahlke
ADVISER: Danilo Barbiero Ribas

The aspects identification about the relevance of historical archives to the (re) constitution of social memory in Rio Grande do Sul is the object of study from this research. The research methods applied were bibliographic and web searches, which characterizes in qualitative research. The theoretical foundation was responsible for the description of theories that guide the understanding of the problem, among the concepts presented are Historical Archives, memory, social memory and collective memory. The results of this research provided the achievement of three specific objectives, bringing the conceptual historical elements of Rio Grande do Sul, introduced the ten oldest cities of the state and the presence of historical archives in these cities, and the literature resumption of concepts about historical archives and social memory. Through the results, conclusions were elaborate, ratifying the achievement of the objectives, recommendations and suggestions instigating new projects in this line of research, also the elaboration of Historical Archives guides in Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Historical Archives, Collective Memory, Social Memory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Arquivo Histórico do Rio Grande	32
Fotografia 2 – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de POA	34
Fotografia 3 – Arquivo Histórico de POA “Moisés Vellinho”	35
Fotografia 4 – Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS	37
Fotografia 5 – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	38
Fotografia 6 - Arquivo Histórico Biágio Soares Tarantino	39
Fotografia 7 - Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul	40
Fotografia 8 - Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Jackes Trindade	41
Fotografia 9 - Museu Antropológico Caldas Júnior	42
Fotografia 10 - Centro Municipal de Cultura Arnaldo	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações gerais do arquivo histórico de Rio Grande	31
Quadro 2 – Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre	33
Quadro 3 – Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre	35
Quadro 4 – Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre	36
Quadro 5 – Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre	38
Quadro 6 – Informações gerais dos arquivo histórico de Rio Pardo	39
Quadro 7 – Informações gerais dos arquivo histórico de Cachoeira do Sul	40
Quadro 8 – Informações gerais dos arquivo histórico de Alegrete	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

CIA: Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos

DBTA: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

POA: Porto Alegre

RS: Rio Grande do Sul

SIGA: Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

SINAR: Sistema Nacional de Arquivos

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	13
2.1	OBJETIVO GERAL	13
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3	JUSTIFICATIVA	13
4	REVISÃO DE LITERATURA	14
4.1	ARQUIVO	15
4.2	DOCUMENTO	15
4.3	INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	16
4.4	SETE FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	16
4.4.1	AQUISIÇÃO	17
4.4.2	PRODUÇÃO	17
4.4.3	CLASSIFICAÇÃO	17
4.4.4	AVALIAÇÃO	18
4.4.5	DESCRIÇÃO	18
4.4.6	DIFUSÃO	18
4.4.7	CONSERVAÇÃO	19
4.5	ARQUIVO HISTÓRICO	19
4.6	GESTÃO DE DOCUMENTOS	21
4.7	TEORIA DAS TRÊS IDADES	22
4.8	CICLO VITAL DE DOCUMENTOS	22
4.9	MEMÓRIA	24
4.10	MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA	24
4.11	PATRIMÔNIO	25
4.11.1	PATRIMÔNIO AMBIENTAL	26
4.11.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	26
4.11.3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO	27
4.11.4	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	27
5	METODOLOGIA	28
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
7	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resulta das experiências acadêmicas em disciplinas relacionadas à pesquisa no Curso de Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Dentre estas, podemos citar Metodologia da Pesquisa, Seminário de Pesquisa I, Seminário de Pesquisa II E Trabalho de Conclusão de Curso.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa é oferecida no 4º semestre do curso de Arquivologia. Esta matéria nos traz compreensões do que é método científico e sua aplicação nas ciências da informação. O método científico começa pelo problema da pesquisa e vai até a resolução da mesma. É apresentado como prosseguir para dar início a pesquisa, o problema, as hipóteses, objetivo geral e objetivo específico, ou seja a elaboração dos objetos de estudo.

Em Seminário de Pesquisa I, ofertado no 5º semestre do curso, são discutidas e avaliadas as temáticas da pesquisa, apresentando um projeto de pesquisa que possivelmente seria desenvolvido. É onde começam a ocorrer as mudanças das ideias dos temas. Já em Seminário de Pesquisa II, do 6º semestre de Arquivologia, é feita a preparação e o acompanhamento da pesquisa científica. Durante essas duas disciplinas dificuldades foram aparecendo, mudanças de temas foram feitos, até se chegar ao tema atual apresentado nesta pesquisa, desenvolvido, definitivamente em Trabalho de Conclusão de Curso.

O tema desta pesquisa envolve os seguintes objetos de estudo, que se inter-relacionam em áreas como Arquivologia, Sociologia e História: Arquivos Históricos e Memória Social no estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, o tema da pesquisa envolve a relevância dos Arquivos Históricos para a (re) constituição da memória social no Rio Grande do Sul, o arquivo histórico é responsável por recolher os documentos que já não possuem mais valor administrativo e mantê-los guardados em caráter permanente. A questão de pesquisa é: qual a relevância dos Arquivos Históricos para a (re) constituição da memória social no Rio Grande do Sul?

Este trabalho está estruturado nos seguintes capítulos: Introdução, Justificativa, Metodologia, Revisão de Literatura, Resultados, Conclusão, Referências e Apêndices.

No capítulo referente à Metodologia, apresentamos autores que nos trazem conceitos de pesquisa, qual a abordagem de pesquisa qualitativa, quais os procedimentos realizados para a concretização dos objetivos, conceitos de técnicas para fazer pesquisa bibliográfica e pesquisa na *web*.

Na Revisão de Literatura, apresentamos conceitos de Arquivos Históricos, Memória, Memória Social e Memória Coletiva, entre outros.

No capítulo Resultados, apresentamos os achados da pesquisa, dentre estes, destacamos os três objetivos específicos: o primeiro trazendo os elementos históricos conceituais sobre o Rio Grande do Sul; o segundo informando as dez cidades mais antigas do estado, além dos dez Arquivos encontrados nessas cidades; já o último apresenta a retomada da literatura, através de conceitos de Arquivos Históricos e Memória Social.

Por fim, apresentamos a Conclusão deste estudo. Este capítulo informa-se o objetivo da pesquisa foi alcançado, apontando sugestões/recomendações e dificuldades/facilidades. Em seguida as referências consultadas para fundamentar o estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar aspectos sobre a relevância dos Arquivos Históricos para a (re) constituição da memória social no Rio Grande do Sul.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar os Arquivos Históricos na história do Rio Grande do Sul;
- Apresentar um levantamento geral dos Arquivos Históricos no Rio Grande do Sul;
- Destacar as relações teóricas entre Arquivos Históricos e memória social.

3 JUSTIFICATIVA

Os arquivos históricos são encarregados de recolher, custodiar, preservar e conservar os documentos, para que o acúmulo de massa documental não ocorra e para que os documentos passem por um devido tratamento arquivístico. A memória social é encarregada pelo método de adquirir, armazenar e recuperar informações relacionadas a mente, é a mistura de diversas disciplinas.

A realização desta pesquisa justifica-se por alguns fatores:

O Rio Grande do Sul não possuía um levantamento de dados desta categoria, os arquivos históricos das dez cidades mais antigas do estado, contribui também para o fortalecimento das interlocuções entre a Arquivologia, a História e a Sociologia. Para a Arquivologia esta pesquisa acrescenta informações sobre a quantidade de arquivos históricos existentes nas dez cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Já para a História, agregará na difusão dos fatos históricos ocorridos no estado. Para a Sociologia, a partir do conceito de memória social.

Para a autora, a elaboração deste estudo é a contribuição para o seu aprimoramento profissional. Além disso, a pesquisa visa contribuir para os futuros pesquisadores de projetos na área de Ciências Sociais e Humanas.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresentamos conceitos de Arquivos Históricos, Memória, Memória Social e Memória Coletiva, entre outros.

4.1 Arquivo

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, nos traz várias concepções do termo arquivo: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 1).

Sobre arquivo, Bellotto expõe: “São identificados arquivos, bibliotecas e centros de documentação que tem a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da informação administrativa, jurídica e testemunho histórico, bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social” (BELLOTTO, 1978, p. 29).

Conforme o Art. 2º da Lei Nº 8.159 - 8 de janeiro de 1991 “consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2016, p.3). No artigo 11 verificamos que “arquivos são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”(ARQUIVO NACIONAL, 2016, p.3).

4.2 Documento

De acordo com o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), documento é um “conjunto constituído por um suporte e pela informação que ele contém”. O documento, independente do suporte ou formato, é sempre o registro da informação, resultante da atividade de uma pessoa física ou jurídica, que tem caráter orgânico. No momento em que um documento faz parte de um conjunto de documentos, teremos o objeto de estudo da disciplina Arquivística. Já o documento é o objeto de estudo da Diplomática, outra importante disciplina.

Rondinelli (2005) diz que documento arquivístico refere “qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa, física ou jurídica, ao longo de uma atividade prática, como instrumento e subproduto dessa atividade”.

Para que o documento seja autêntico, devemos seguir fielmente três aspectos muito importantes: o legal, o diplomático e o histórico. Os documentos legalmente autênticos são os que garantem a genuidade do documento, aqueles que dão testemunhos em virtude da intervenção. Já os documentos diplomaticamente autênticos são os que ficam responsáveis pela pessoa competente que os produziu para assiná-los, escritos conforme o tempo e o lugar praticado. Por último, temos os documentos historicamente autênticos, que são aqueles responsáveis por transmitir fatos que verdadeiramente aconteceram.

4.3 Informação Arquivística

Furtado (1982, p. 28) aponta que “a informação produz causa e efeito, estratégia e produto; eficiência na organização de recursos e eficácia nos resultados, em seus aspectos de qualidade e êxito, em relação aos anseios e necessidades do ambiente”.

São as informações acumuladas por uma instituição ou pessoa física, registradas em um suporte que não passará por qualquer tipo de alteração, sendo de natureza orgânica.

Conforme assinala Lopes (2000, p. 217) “a natureza das informações arquivísticas é específica; trata-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é, ao mesmo tempo, produtor e receptor”.

Lopes (2000, p. 217) ressalta que são identificados dois níveis de informação arquivística. O primeiro nível corresponde a informação retratada no documento de arquivo isoladamente. Já o segundo nível de informação arquivística é a informação disseminada sobre uma tal pessoa ou instituição criadora, ou seja, é a informação contida no arquivo.

4.4 Sete Funções Arquivísticas

As funções arquivísticas são desempenhadas em virtude da gestão das informações arquivísticas, com a finalidade de manter os documentos organizados de forma sistêmica, desde a sua criação até a sua destinação final, e tornar as informações acessíveis, obtendo-se qualidade na disponibilização e preservação das mesmas.

As funções arquivísticas definidas por Rousseau e Couture (1998, p. 265) são: “criação (produção), avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão de arquivos.” Para estes autores, as funções devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da idade destes.

4.4.1 Aquisição

Um conceito de aquisição voltado para a gestão de documentos é apresentado por Bastos (2007, p. 99)

Os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção dos documentos de arquivo, abrangendo definição de normas, conteúdos, modelos, formatos e trâmites. O papel do arquivista é de conselheiro, de consultor para o produtor do documento, por meio da elaboração de manuais. A execução adequada desta função demanda um conhecimento profundo da instituição, seus objetivos e missão, as tecnologias disponíveis e os tipos de documentos adequados ao exercício do negócio da instituição (SANTOS, 2008, p. 178).

No desempenho desta função é indispensável o controle da entrada e do trâmite da documentação, por meio de protocolos, para que se possa manter a integridade dos mesmos e garantir que não se percam, nem sejam adulterados.

4.4.2 Produção

A produção de documentos ocorre em função das atividades desempenhadas nas organizações. Desta forma, os documentos apresentam particularidades e especificidades, pois cada instituição difere das demais por sua forma específica e orgânica de produzir e armazenar suas informações.

O sucesso de qualquer ação arquivísticas está diretamente relacionado à habilidade do arquivista em conhecer a realidade, identificar problemas e propor soluções adequadas. A habilidade em questão está diretamente relacionada à pesquisa organizacional, imbuída de espírito crítico e investigativo (SILVA; CARDONE, 2005, p. 86).

Convém ressaltar que nesta etapa já são necessárias medidas de controle da produção e fluxo documental. Assim, os protocolos devem ser utilizados no controle dos documentos produzidos pela instituição.

4.4.3 Classificação

Considera-se classificação como a separação de documentos, estabelecendo-se classes ou séries hierárquicas que poderão ser subdivididas em subclasses ou subséries. As classes são partes que compõem um plano ou esquema de classificação, de acordo com as funções, órgãos da instituição ou do assunto de que tratam os documentos. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 49), “a classificação é a

organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”.

4.4.4 Avaliação

Conforme Bernardes, o conceito de avaliação tem como características principal o fato de ser interdisciplinar. (BERNARDES, 2008, p. 35).

A racionalização dos arquivos e a eficiência administrativa são dois benefícios que se obtêm com a avaliação, mas esses não são os únicos. Pode-se obter ainda a redução da massa documental e a conseqüente liberação de espaço físico, facilidade na recuperação da informação, melhor conservação dos documentos, racionalização da produção e do fluxo documental e o incremento à pesquisa.

A avaliação é um trabalho que exige conhecimento e responsabilidade do profissional arquivista. É necessário conhecimento do universo institucional e também das políticas arquivísticas referentes à avaliação de documentos. Somente com uma base bem sólida de conhecimento teórico e crítico é possível realizar a avaliação sem prejuízo ou perda da informação.

4.4.5 Descrição

A descrição arquivística corresponde à etapa de elaboração de instrumentos de pesquisa, que estabelece a interação do arquivo com os usuários do acervo, pois os eles apresentam as fontes de informação existentes, permitindo um conhecimento das informações de que tratam os documentos arquivísticos e a sua rápida recuperação. Segundo Lopez, “os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos” (LOPEZ, 2002, p. 10).

4.4.6 Difusão

A difusão busca disseminar a realidade dos arquivos, que oferecem aos usuários uma grande satisfação na procura de informações. Consiste em levar até o público externo o conhecimento sobre as potencialidades de um arquivo para diversos fins: educativo, cultural, historiográfico, entre outros. Essa comunicação espelha a função social dos arquivos, provocando a interação com a sociedade.

4.4.7 Conservação

Sobre a conservação Cassares (2000, p.12) apresenta três conceitos significativos para o desenvolvimento dela:

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

É necessário ter conhecimento teórico a fim de diferenciá-los e saber usá-los quando for de interesse da instituição, visando à preservação do patrimônio documental sob sua tutela.

O controle é fator fundamental para a preservação de acervos e muitas ações podem ser realizadas nesse sentido, vão desde o recolhimento até a disponibilização da consulta.

Algumas medidas podem ser tomadas para o controle e a proteção do acervo. As instituições devem dar grande prioridade ao registro e à documentação. Dependendo das características da instituição, podem ser elaborados por meio de listagens, fichas, livro tomo, catálogo ou outra forma, privilegiando os conjuntos documentais.

4.5 Arquivo Histórico

Segundo Marques (2007), "a origem histórica dos arquivos remonta ao início da escrita, nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de 6 mil anos atrás".

Já Schellenberg (2006, p. 25) afirma que "os arquivos, como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Entre os séculos V e IV a.C., quando os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon"

Com o contributo da arqueologia (BELLOTTO, 2002, p. 13):

“Surgiram numerosos vestígios dos primórdios da constituição dos arquivos. Os primeiros surgem, tal como a escrita, nas civilizações do Médio Oriente, na Mesopotâmia, com o povo sumério. Foram criados de forma espontânea, organizando-se com as técnicas possíveis da época, nos Templos e nos Palácios, daí denominados, na Antiguidade como arquivos de templos ou palácios. Estavam ao serviço dos grupos dirigentes, onde se pagavam os tributos e guardavam os frutos do trabalho agrícola, juntamente com os seus registos e inventários. Os arquivos eram compostos por textos literários, apontamentos contabilísticos, descrições históricas e hinos religiosos. Consideravam-se, por isso, verdadeiros arquivos, embora devido ao seu conteúdo tinham, algumas vezes, a função de uma biblioteca privada, definida mais à frente neste trabalho. Os sumérios deram, pois, a sua contribuição para o aparecimento do arquivo, através da necessidade de registar a produção agrícola com os seus caracteres em escrita cuneiforme, das escritas mais antigas do mundo, permanecendo cerca de 3500 anos, em placas de argila, guardadas nos locais já referidos.”

O século XIV marcou o centralismo do poder e o progresso dos arquivos centrais da administração por toda a Europa (RIBEIRO, 2011, p. 59). Na França, a constituição dos arquivos públicos evoluíram após Revolução Francesa, conforme explica Heloísa Bellotto: “ocorre uma certa abertura dos arquivos públicos aos cidadãos e se procede a reunião da documentação oficial”, (BELLOTTO, 2002, p. 14). O primeiro Arquivo Nacional do mundo foi criado em Paris, no ano de 1790, eram conhecidos como os Archives Nationales.

Na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, assistiu-se a transformação dos arquivos em autênticos laboratórios de conhecimento histórico, conservando e gerindo a lembrança do passado da humanidade (COUTURE, ROUSSEAU, 1998, p. 34).

Em 1838, é criado o Arquivo Nacional, no Brasil, sendo ele o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), que segue as políticas nacionais de arquivos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Richter, Garcia e Penna (2004) dizem que:

Somente com o Romantismo Histórico e o trabalho dos historiadores do século XIX a situação evoluiu. Os arquivos, tidos como arsenais de armas jurídicas e políticas, transformaram-se em laboratórios da pesquisa histórica. O Romantismo Histórico é a glorificação do passado, do património documental e literário e das obras de arte. No decorrer do século XIX, surgiu um fenómeno comum a toda a Europa; era um forte sentimento nacionalista que levou o povo a buscar, através da pesquisa documental, em arquivos (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2004, p. 48).

Os Arquivos Históricos foram criados para que os arquivos deixassem de ser lugares onde os documentos eram depositados sem passarem por nenhum tipo de tratamento arquivístico, responsável por recolher, custodiar, preservar e conservar os fundos originais. Serve como fonte de preservação do patrimônio documental e pesquisa. Sua função é transmitir aos usuários a guarda dos documentos e as informações.

Segundo Bellotto (1986, p. 11), os documentos históricos são: “os que restam são os de ‘valor permanente’, são os documentos históricos. Com idade de 25 a 30 anos poderão ser transferidos para o seu local de preservação permanente: os arquivos históricos”.

No Brasil, através do CONARQ, dispositivos constitucionais e legais vêm sendo estabelecidos como normativas necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados, ao funcionamento e ao acesso aos arquivos públicos/históricos.

O Sistema de Arquivos do Estado do RS foi criado pelos Decretos Nº 33200 e Nº 33201, de 05 de junho de 1989, com o objetivo de estabelecer o plano de ação a ser desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado. Dentre outras coisas, estabelece como: elaborar princípios, diretrizes, normas e métodos de organização e funcionamento dos arquivos, buscando a preservação histórica do Rio Grande do Sul.

4.6 Gestão de Documentos

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) conceitua que Arquivo permanente/histórico é o “conjunto de documentos em caráter definitivo em função de seu valor.” Os documentos passam para o arquivo histórico, assim que não possuem mais valor administrativo. São os documentos arquivados na 3ª Idade, no arquivo permanente do ciclo vital.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), nos traz a abrangência do termo gestão de documentos, traduzido do termo *record management*, que possui conceito similar ao da Lei nº 8.159/91. A ISO 15489-1:2001 conceitua *record management* como: “campo da Administração responsável pelo controle eficiente e sistemático da criação, recepção, manutenção, uso e destinação de documentos, incluindo processos para capturar e preservar evidência e informação sobre atividades e transações registradas.”

A gestão de documentos surgiu pela necessidade da administração pública, como esclarece Jardim (1987):

[...] as instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgão estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. A tal concepção opunha-se, de forma dicotômica, a de 'documento administrativo', cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que os produziam e utilizavam (JARDIM, 1987, p. 36).

A Gestão de Documentos é a aplicação da administração científica, com fins de eficiência e economia, envolvendo as fases de produção, utilização e conservação, além da destinação.

4.7 Teoria das Três Idades

Em concordância Christine Pétilat e Hélène Prax dizem que a teoria das três idades foi formulada: “com a divulgação do relatório da Comissão Hoover e com a publicação de *Moderns archives: principles and techniques*, de Schellenberg, em 1956” (1997, p. 32).

Os documentos passam por fases, desde a sua produção até sua destinação final, e aguardam a eliminação ou o recolhimento. A metodização deste ciclo vital abrange a teoria das três idades dos arquivos: corrente, intermediário e permanente.

A 1ª idade, ou arquivo corrente, é composto pelos documentos que passam por consultas mais frequentes, que ainda estão em tramitação. Este é de valor primário, sendo necessário que fiquem próximos ao seu produtor e é explicado que os documentos dessa idade são frequentemente consultados devido ao uso administrativo, fiscal e/ou jurídico.

Já o arquivo intermediário, ou a 2ª idade, é constituída pelos documentos que estão no aguardo da sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente, documentos que já não são mais consultados assiduamente porém ainda possuem algum valor primário.

O arquivo permanente, ou a 3ª idade, são os documentos que possuem valor secundário, que já passaram pelo processo de avaliação e foram recolhidos, justamente pelo seu valor probatório, histórico e informativo, e devem ser obrigatoriamente preservados.

4.8 Ciclo Vital de Documentos

Para Chell (2010), o ciclo vital dos documentos teve origem dada por Phillip Coolidge Brooks e Emmett J. Leahy, no final do ano de 1930, no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, ponderando-se publicamente no artigo “The selection of records for preservation”, de Brooks, em 1940.

Para Atherton (1986), a vida do documento é dividida em oito fases e, depois agrupados em fases de gestão documental, sendo elas: 1) Criação ou recepção de informação na forma de documento; 2) classificação dos documento ou seu registro em algum sistema lógico; 3) manutenção e uso dos documentos; 4) destinação por meio da destruição ou transferência a uma instituição arquivística; 5) seleção/aquisição dos documentos por uma instituição arquivística; 6) descrição dos documento em inventários e outros instrumentos de pesquisa; 7) preservação dos documentos ou, talvez, das informações nos documentos; e 8) referência e uso da informação por pesquisadores e acadêmicos.” (p.45)

A partir da segunda metade do século passado, há uma reorientação da profissão dos arquivistas diante do volume documental produzido: entra em pauta, mais especificamente na América do Norte, de onde repercute para os demais países ocidentais, a eliminação de documentos antes de serem recolhidos para guarda permanente. É formulado o conceito de ciclo de vida dos documentos de arquivo.

De acordo com Rousseau e Couture (1998):

Do princípio do ciclo vital, embora geralmente mencionados como tendo sido criados simultaneamente, deriva da teoria das três idades, que busca explicar detalhes adicionais do ciclo, interpretando e propondo uma aplicação prática. A teoria das três idades foi cunhada a partir dos valores primário e secundário da documentação arquivística, acrescida dos aspectos relacionados ao crescimento exponencial da produção documental e da impossibilidade física e econômica de manter todo o acervo no setor de trabalho da instituição acumuladora (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 112).

Com o aumento da massa documental, houve a necessidade de criar alguma teoria para que fosse aplicada nesses documentos, que melhorasse a recuperação da informação e para que o acúmulo de massa documental não ficasse obstruindo os espaços administrativos. Assim, com o ciclo vital dos documentos foi criado um sinônimo na fundamentação teórica da Arquivística que é a teoria das três idades e, logo mais, originou-se também a gestão documental.

4.9 Memória

É significativo que a memória auxilia constantemente na construção da cidadania e identidade cultural da sociedade, porque é a

Memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas [...], sem a memória não se pode situar sua própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (ORIÁ, 2004, p. 139).

A memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, isto é, seu patrimônio documental que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.

Segundo Stefanello (2010, p. 21), não há uma memória verdadeira, o que existe é a possibilidade de acessar uma memória reconstituída. Essa reconstituição cria ritos e símbolos que, através da prática, unificam e dão sentido a um grupo. É nesse processo que a memória adquire um papel fundamental, pois a afirmação de uma identidade se dá pelo resgate histórico do passado.

Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia, espalhados por todo o planeta e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções, aos “estragos da guerra” ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a ele, enquanto em outros casos, deterioração ou destruição são as ameaças. Pedidos de repatriação do patrimônio merecem sensibilidade às circunstâncias, assim como à justiça.

4.10 Memória Social e Memória Coletiva

A memória, como construção social permite reconstruções e rememorações, busca guardar e preservar elementos materiais para proporcionar meios que não permitam que a sociedade caia no esquecimento, pois, assim como um indivíduo, ela pode perder sua memória e, em consequência, sua identidade.

O conceito de memória social foi firmada por Hallbwachs para diferenciar da memória individual. A Memória Social é a coletividade do método de adquirir, armazenar e recuperar informações relacionadas a mente, é a mistura de diversas disciplinas.

Segundo Gondar (2005),

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas (GONDAR, 2005, p. 15).

Nas cavernas, na França, encontramos registros das mãos das pessoas que viviam nas comunidades ou grupos, desde então já existia a preocupação do homem, demarcar o território. A Memória coletiva era alocada para os povos que não possuíam a escrita. Com a implantação da escrita o termo usado mudou para Memória Social.

Godoy (2005) diz que o nascimento da escrita foi fundamental para modificar a memória coletiva, que produziu muitos ônus para a memória em si, a partir da escrita em suporte de inscrições epigráficas, surgindo também os documentos inicializados como ossos até chegar ao papel. Le Goff (1996), nos trás que a memória coletiva torna-se Memória Social e que a única diferença entre elas é a escrita.

Halbwachs (2013, p. 247) ressalta que o processo de construção das memórias é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Memória individual porque quem refaz as memórias com sentido é o indivíduo; é coletiva, pois é o grupo que lhe dá legitimidade e partilha de significação. Portanto, ninguém constrói a história sozinho, sempre vai existir relação com as outras pessoas da sociedade.

4.11 Patrimônio

A palavra patrimônio tem origem grega vinda do termo "pater", com o significado "pai" ou "paterno". O Patrimônio tem relação com a figura paterna, tudo que é deixado de pai para filho, como uma herança, tradicionalismo passado de geração em geração. No século XIX, o Patrimônio se tornou mais visível, pelo fato de que houve necessidade de reconhecer monumentos marcantes da Revolução Francesa, para que não acontecesse o esquecimento destes bens históricos.

A primeira exibição legal do conceito de Patrimônio, no Brasil, foi através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, publicado no Diário Oficial da União-Seção 1-06/12/1937, Página 24056: "patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

De acordo com a Declaração da UNESCO (Organização das Nações Unidas) (1972), Patrimônio é: o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

O Patrimônio engloba três elementos da memória social de uma sociedade ou de uma nação: o primeiro é o Patrimônio Ambiental, que nos traz os elementos do meio ambiente e da natureza. O segundo é o Patrimônio Cultural, que compreende os bens culturais. O terceiro é o Patrimônio Histórico que é o conhecimento constituído pelo homem no decorrer da sua vida.

4.11.1 Patrimônio Ambiental

A Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no Art. 2º-Seção 1, assim redigido: “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”.

O Patrimônio Ambiental é formado pelos bens ambientais ou semi-ambientais, com características biológicas e estáticas que devem ser mantidas preservadas para as gerações futuras.

4.11.2 Patrimônio Cultural

A exigência da inclusão desses bens culturais como patrimônio está redigida na Lei Nº 8.159/91, conforme o Art. 1º: “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial de documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

Patrimônio Cultural é a soma dos bens culturais apresentados pela identificação de valores que são deixados para as gerações futuras de uma sociedade. Esses bens podem ser materiais e imateriais. Um bem material é um elemento que pode ser sentido pelo processo de toque, como uma casa, um quadro, documento, entre outros. Já o bem imaterial é algo que não se materializa, como por exemplo uma procissão.

4.11.3 Patrimônio Histórico

É formado pelos bens móveis, imóveis, ou naturais, possuindo grande valor para o país. Patrimônios que servem de fonte de pesquisa e preservação cultural, edificados pelas sociedades passadas. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão que zela pela proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico. Já o órgão mundial responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural é a Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação.

4.11.4 Patrimônio Documental

Segundo Bellotto (2005, p. 35), documento de arquivo é lavrado como: qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc. enfim tudo que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela vida humana.

O documento histórico é caracterizado por evidenciar uma ação e serve como fonte de prova, com a finalidade de rever a história de uma sociedade, ao longo do tempo. Como documento tem a maior parte escrita é considerado como atividade de pesquisa histórica.

O patrimônio documental de valor permanente é o local onde são armazenados os documentos históricos. No momento em que é ativada a memória, acontece o recrutamento de atualizações das invenções que ocorrem no mundo.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos autores que nos trazem conceitos de pesquisa, abordagem qualitativa, os procedimentos realizados para a concretização dos objetivos, conceitos de técnicas, tais como pesquisa bibliográfica e pesquisa na *web*.

Conforme Michael (2015), pesquisar é:

Pesquisar faz parte do cotidiano da vida das pessoas. Qualquer escolha ou busca de solução para problemas ou por mera curiosidade envolve, consistentemente ou não, uma atividade de pesquisa. O avanço técnico/científico, entretanto, depende de um trabalho de pesquisa desenvolvido mediante a utilização de métodos que permitam separar sempre o verdadeiro do falso (MICHAEL, 2015, p. 59).

Para Gil (2009, p. 17) “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”.

Para apresentar o contexto de memória social e os arquivos históricos do Rio Grande do Sul, bem como o levantamento das dez cidades mais antigas do estado, a pesquisa foi respaldada por livros como da Heloísa Liberalli Bellotto intitulado “Arquivos Permanentes: Tratamento Documental” dissertações de mestrado como da arquivista da Universidade Federal de Santa Maria Cristina Strohschoen intitulado “Quando o Patrimônio é uma imagem que quebra: políticas de acesso e preservação de coleções fotográficas de negativos de vidro”, monografias, artigos, trabalhos de conclusão de curso, sendo acrescentado na pesquisa informações importantes encontradas também em portais da internet, como alguns arquivos do site do Conselho Nacional de Arquivos.

Para contextualizar os Arquivos Históricos na história do Rio Grande do Sul foram realizadas pesquisas de um breve resumo histórico do estado, com as datas e os fatos mais relevantes que aqui ocorreram. Já para apresentar um levantamento geral dos Arquivos Históricos no Rio Grande do Sul, o critério de pesquisa estabelecida foi demarcar as dez cidades mais antigas do estado e, assim, começar a apurar quais destas cidades apresentam arquivos. Inicialmente, esta consulta foi feita através do *site* do Conselho Nacional de Arquivos e por portais das cidades não encontradas no CONARQ. Foram localizados dez arquivos históricos, nos municípios de Rio Grande, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Alegrete, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Caçapava do Sul. Já o município de Piratini não foram localizados arquivos históricos, apenas resquícios de documentos sob guarda do Arquivo Municipal de Santa Maria, e o município de São José do Norte também não foram localizados nenhum tipo de arquivo histórico. Por último, para destacar as

relações teóricas entre Arquivos Históricos e memória social foi usado o procedimento de pesquisa bibliográfica.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa. Segundo explica Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Ainda para Minayo (2001), a pesquisa bibliográfica

[...]coloca frente a frente os desejos do pesquisador e dos autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social (MINAYO, 2001, p. 54).

Esta pesquisa de natureza exploratória, a partir do levantamento bibliográfico como estratégia. Conforme os dados obtidos, a análise foi subdividida em: endereço/contato, informações legais, informações sobre fundo e informações de acesso. Assim, a análise dos dados nos proporcionou identificar a quantia e a falta de arquivos nas dez primeiras cidades fundadas no Rio Grande do Sul.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados qualitativos foram agrupados pelo número de Arquivos históricos existentes nas dez cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Estes resultados se deram por concluídos a partir dos três objetivos específicos, englobados pelo objetivo geral.

A fim de contextualizar os Arquivos Históricos na história do Rio Grande do Sul, para obter os resultados esperados foi elaborada uma pesquisa sobre a história do Rio Grande do Sul, a partir de artigos encontrados na *web*. A República Rio-Grandense, como era denominado o Estado no momento em que foi proclamado, em 11 de setembro de 1836 pelo Coronel Antônio Fonseca de Souza Neto, resultado da separação do Rio Grande do Sul do Império do Brasil.

Antes da chegada dos portugueses, o Rio Grande do Sul era povoado por índios como acontecia em todo o Brasil. Em 1531, Pero Lopes e Martin Afonso de Souza batizaram a região com o nome de Rio Grande de São Pedro.

No século XVII, a terra do Estado começou a ser apossada por padres jesuítas, os fundadores das Missões Jesuítas. Em 1641, os jesuítas foram afugentados da região. No retorno a terra gaúcha, eles fundaram o primeiro núcleo urbano do estado, que atualmente se chama São Borja.

A Revolução Farroupilha teve início no ano de 1835 e se prolongou durante 10 anos. Este conflito teve fim com a assinatura do Tratado de “Ponche Verde”, no ano de 1845.

As 10 cidades mais antigas do Rio Grande do Sul são: Porto Alegre fundada em 07 de outubro de 1809, Rio Grande em 07 de outubro de 1809, Rio Pardo em 07 de outubro de 1809, Santo Antônio da Patrulha em 07 de outubro de 1809, Cachoeira do Sul em 26 de abril de 1819, Pelotas em 07 de dezembro de 1830, Piratini em 15 de dezembro de 1830, Alegrete em 25 de outubro de 1831, Caçapava do Sul em 25 de outubro de 1831, e São José do Norte em 25 de outubro de 1831.

Já o segundo objetivo específico apresentar um levantamento geral dos Arquivos Históricos no Rio Grande do Sul foram feitas pesquisas no *site* do CONARQ, onde apenas os que possuem o nome arquivo histórico foram usados. Outro meio de pesquisa usado foi a leitura dos Trabalhos de Conclusão de Curso e dos sites dos arquivos. Informações gerais dos Arquivos por cidade:

- **Rio Grande**
- **Arquivo Histórico Municipal do Rio Grande**

Quadro 1 – Informações gerais do arquivo histórico de Rio Grande

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Paço Municipal da Prefeitura do Rio Grande - Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, s/nº - Centro; • (53) 3233-8471; • arquivo.riogrande@gmail.com
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e conservar o acervo documental do Executivo Municipal da Cidade do Rio Grande, a fim de permitir o acesso.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> • O acervo documental é caracterizado por documentos recolhidos e transferidos das Secretarias de Município, bem como documentos pertencentes a intendência municipal.
Informações de Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta aberta ao público; • De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 15h00.

Fonte: Autora.

Fotografia 1 – Arquivo Histórico do Rio Grande



Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal de Rio Grande.

O Município de Rio Grande foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico Municipal do Rio Grande que foi criado, em 1948. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é da Prefeitura Municipal de Rio Grande, onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- Porto Alegre
- Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de POA

Quadro 2 – Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Espírito Santo, 95 - Centro; • (51) 3228-6199; • arquivo@arquipoa.com.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • Guarda, manutenção e disponibilização da documentação histórica da Arquidiocese de Porto Alegre.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação eclesiástica das paróquias da Arquidiocese de POA, de 1747 aos dias atuais e documentação da instituição desde o tempo das Vigararias Forâneas até início do século XX.
Informações de Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Há restrição de acesso somente aos documentos em precário estado de conservação; • Segundas-feiras, das 8h00 às 12h00, terças a quintas, das 8h00 às 13h00.

Fonte: Autora

Fotografia 2 – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de POA



Fonte: *Site* da Cúria Metropolitana de POA.

O Município de Porto Alegre foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre que foi criado, em 1853. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é da Cúria Metropolitana de POA, onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Vellinho”**

Quadro 3 - Informações gerais dos arquivos históricos de Porto Alegre

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Bento Gonçalves, nº 1129- Santo Antonio; • (51) 3219-7900; • arquivihistorico@smc.prefpoa.com.br.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher, arranjar, custodiar, disponibilizar, conservar e recuperar/restaurar documentos que versam sobre o município de POA; sensibilizar a população para a preservação dos bens patrimoniais através do Programa de Educação Patrimonial em desenvolvimento.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> • O acervo custodiado é proveniente, na sua maioria, dos poderes Executivo e Legislativo municipal, retratado, dessa forma, a história administrativa de POA.
Informações de Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Há restrição de acesso aos documentos em fase de organização; • De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

Fonte: Autora

Fotografia 3 - Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Vellinho”



Fonte: Site do Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Vellinho”.

O Município de Porto Alegre foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Vellinho” que foi criado, em 1988. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é do Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Vellinho”, onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Quadro 4 - Informações gerais dos arquivos históricos de POA

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> ● Rua Sarmento Leite, 500 - sala 114 - Centro; ● (51) 3308-3391/3308-3563; ● ahia@ufrgs.br.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> ● Preservar e disponibilizar a memória institucional. Subsidiar a pesquisa inclusive através do site do arquivo.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> ● O acervo está constituído pela documentação recebida e produzida pelo Instituto de Bellas Artes do RS, no período de 1908 até 1962. Constitui-se de um fundo fechado, que compreende a documentação da Administração Geral, do Conservatório de Música, da Escola de Artes, do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Curso de Arte Dramática. Atualmente, engloba documentação do Instituto de Artes e seus departamento.
Informações sobre Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> ● Há restrição de acesso aos documentos em precário estado de conservação; ● De segunda a sextas-feiras, das 9h00 às 17h30.

Fonte: Autora

Fotografia 4 - Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Fonte: Site do Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O Município de Porto Alegre foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que foi criado, em 1908. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é do antigo prédio da Faculdade de Medicina da UFRGS, onde o Arquivo Histórico é mantido desde o ano de 2000 e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

Quadro 5 - Informações gerais dos arquivos históricos de POA

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> ● Rua Sete de Setembro, nº 1020 - Centro; ● (51) 3221-0825/3227-0883; ● ahrs@cultura.rs.gov.br.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização, conservação e restauração de documentos a fim de dar acesso aos mesmo.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> ● Documentos gerados pelas atividades relacionadas à ocupação e organização territorial, por parte do Poder Executivo e seus órgãos subordinados, desde 1737.
Informações de Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> ● Consulta aberta ao público; ● De segunda a sexta-feira, das 10h00 às 18h00.

Fonte: Autora

Fotografia 5 - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul



Fonte: Site do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O Município de Porto Alegre foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul que foi criado, em 1954. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a fachada de onde é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Rio Pardo**
- **Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino**

Quadro 6 - Informações gerais do arquivo histórico de Rio Pardo

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Andrade Neves, nº 324; • (51) 3731-1225.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • É destinado a preservar o patrimônio literário, arquivístico e museológico de Rio Pardo.
Informações sobre Fundo:	<ul style="list-style-type: none"> • O acervo é composto por diversos e distintos conjuntos documentais. Com a finalidade de permitir um conhecimento geral sobre a história e a arquitetura da cidade, assim como auxiliar o público.
Informações de Acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta aberta ao público; • De segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h30, e das 13h30 às 17h00.

Fonte: Autora

Fotografia 6 - Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

O Município de Rio Pardo foi criado, em 07 de outubro de 1809. É composto pelo Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino que foi criado, em 1992. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Cachoeira do Sul**
- **Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul**

Quadro 7 – Informações gerais do arquivo histórico de Cachoeira do Sul

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Sete de Setembro. nº350; • (51) 3724-6006; • arquivohistorico@cachoeiradosul.rs.gov.br
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável por atender pessoas interessadas em pesquisar dados históricos do município ou de interesse particular.
Informações sobre Fundos:	<ul style="list-style-type: none"> • Recolhe, guarda, conserva e organiza documentos que contam a história de Cachoeira do sul.
Informações de acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Não identificado.

Fonte: Autora.

Fotografia 7 – Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul



Fonte: Site do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul.

O Município de Cachoeira do Sul foi criado, em 29 de dezembro de 1944. É composto pelo Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul que foi criado, em 1987. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é de antigamente como o Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul era, onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

- **Alegrete**
- **Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade**

Quadro 8 – Informações gerais do arquivo histórico de Alegrete

Endereço/Contato:	<ul style="list-style-type: none"> • Av. República Riograndense, nº216 - Santos Dumont; • (55) 3961-1667; • arquivohistorico@alegrete.rs.gov.br.
Informações Legais:	<ul style="list-style-type: none"> • O arquivo mantém viva a memória do povo alegretense, servindo dessa forma à comunidade geral.
Informações sobre Fundo:	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogados e informatizados cerca de 161.387 documentos, entre cadernos de chamadas escolares, livros de marcas, requerimentos de marcas, entre outros documentos.
Informações de acesso:	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta aberta ao público; • Terça a sexta-feira, das 7h às 17h30.

Fonte: Autora.

Fotografia8 – Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jackes Trindade



Fonte: Site do Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.

O Município de Alegrete foi criado, em 25 de outubro de 1831. É composto pelo Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade que foi criado, em 1980. O quadro apresentado acima nos traz informações relevantes para a (re) constituição da memória social do Rio Grande do Sul, a fotografia que trouxemos é de onde o Arquivo Histórico é mantido e ainda nos facilita na agilidade da localização do arquivo.

O Município de Santo Antônio da Patrulha, criado em 07 de outubro de 1809, não possui um arquivo histórico e sim um arquivo intermediário, o Arquivo Intermediário da Região Norte. Este fato aconteceu, pelo município ser um dos quatro primeiro a serem criados no Rio Grande do Sul. Atualmente o Arquivo Histórico está localizado no Museu Antropológico Caldas Júnior.

Fotografia 9 - Museu Antropológico Caldas Júnior



Fonte: Museu Antropológico Caldas Júnior.

O Município de Caçapava do Sul, criado em 25 de outubro de 1831, tem seu arquivo histórico sob guarda do Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol. Antigamente o prédio servia como reduto farroupilha, prédio histórico, que foi reconstruído no ano de 1935.

Fotografia 10 - Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol



Fonte: *Site* do Turismo de Caçapava do Sul.

O Município de Piratini, criado em 15 de dezembro de 1830, não foram localizados arquivos históricos. Mas foram localizados documentos de caráter permanente, documentos históricos de Piratini no Arquivo Municipal de Santa Maria, documentos sobre o povo piratiniense, dentre os anos de 1838 a 1840. E o Município de São José do Norte, criado em 25 de outubro de 1831, não foram encontrados nenhum tipo de registro da presença de algum arquivo histórico no município.

A fim de destacar as relações teóricas entre Arquivos Históricos e memória social foram realizadas pesquisas bibliográficas em artigos e livros. Os Arquivos Históricos foram criados, para que os arquivos deixassem de ser lugares onde os documentos eram depositados, sem passarem por nenhum tipo de tratamento arquivístico, responsável por recolher, custodiar, preservar e conservar os fundos originais.

Segundo Gondar (2005, p. 15), “a memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito”. O autor complementa explicando que “esse conceito se encontra em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas”

7 CONCLUSÃO

O primeiro ponto que vale ressaltar é a relação do levantamento das dez cidades mais antigas do Rio Grande do Sul, a partir de então fazer o levantamento dos arquivos históricos do Rio Grande do Sul e conceitos como o da memória social / memória coletiva. Desta forma, foi muito importante a escolha deste tema, já que resultou no enriquecimento da história do estado, a partir dos arquivos.

Sugerimos que a pesquisa prossiga, obtendo mais informações a respeito dos demais Arquivos Históricos encontrados no Rio Grande do Sul. Recomendamos também que, após o levantamento dos arquivos das demais cidades do estado, se faça uma plataforma digital contendo todas essas informações, facilitando o acesso a informação e avisado ao usuário sobre a localização do arquivo mais próximo. Assim, sugerimos que outros trabalhos possam ser feitos nesta mesma linha de pesquisa, envolvendo Arquivos Históricos e memória social/coletiva. A partir do levantamento poderá ser feito um mapeamento de elementos para a elaboração de guias de arquivos históricos no Rio Grande do Sul.

No decorrer da pesquisa foram encontradas facilidades e dificuldades, mas os objetivos foram devidamente alcançados. As dificuldades apresentadas aconteceram no momento de fazer o levantamento dos arquivos históricos, pois nem todos possuem um portal na *web*. Desta forma, tivemos que optar por telefonar para as prefeituras destas cidades. Entre as facilidades que encontramos na pesquisa, destaca-se o auxílio da produção do CONARQ para que os arquivos históricos das dez cidades mais antigas do Rio Grande do Sul fossem localizados.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, H. S. L. Arquivos, bibliotecas e centros de documentação: da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 3/4, p. 169-175, 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/1167>>. Acesso em: 06 Jun 2017.
- BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia**: perspectivas para formar um novo profissional. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro: 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos para Administração e para a História**. São Paulo, Fev. 1986, p.11.
- STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória e Patrimônio: Fundamentos e Sensibilizações da Comunidade de Nova Palma (Centro de Pesquisas Genealógicas e Museu Histórico)**. Santa Maria, Jan. 2012, p.21.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2013, p.247.
- GONDAR, Jô. **O que é memória Social**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p.15.
- BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. A. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.15.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital**. Rio de Janeiro, 2005, p.15.

FURTADO, Renata Lira. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário**. Brasília, 1982, p.28.

_____. **Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Lei nº 8.159/91 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: mai. 2017.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **Cadastro de entidades custodiadoras: o cadastro**. Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 04 mai. 2017. Disponível em:
<<http://conarq.gov.br/index.php/o-cadastro/category/entidades-custodiadoras-do-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 11 jul. 1998. Disponível em:
<<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

COUTURE, Carol; ROSSUEAU, Jean - Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. Edição Revisada, 2002. Disponível em:
<<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

FLORES, Daniel. **As funções arquivísticas**. Santa Maria, UFSM, 2010. 51p. (Apostila da Disciplina de Pesquisa II, Especialização a Distância Gestão em Arquivos UFSM).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo Atlas, 1991.

GONÇALVES, Janice, **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Fabiana Rodrigues, **Plano de Classificação Escola Municipal de Ensino Fundamental Apolinário Porto Alegre Ilha dos Marinheiros**. Rio Grande, Trabalho de Conclusão de Curso, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa.** Ed. Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves e COUTURE, Carol: **Os fundamentos da disciplina arquivística:** Université de Québec. 1998.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.